

Desafio do novo governo é gerar empregos...

Nos planos do novo governo está o aumento da arrecadação do IPTU

por Ivanir José Bortot e Beth Cataldo de Brasília

O futuro secretário de Fazenda do Distrito Federal, Wasny de Roure, do PT, defende a ampliação da cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Quem não paga, deve começar a fazê-lo. Quem já paga, deve passar a contribuir mais. Segundo ele, o IPTU representa hoje apenas 2% da arrecadação do governo do DF e mesmo com um bom aumento nessa proporção vai persistir o desequilíbrio das contas oficiais.

Essa manifestação de Roure foi feita durante debate realizado pela Gazeta Mercantil, com exclusividade para este Relatório Brasília. Participaram, além dele, o ex-secretário de Obras do GDF, José Roberto Arruda, agora senador eleito pelo PP; o economista Paulo Timm, que concorreu ao governo local pelo PDT; e o empresário Marcos Vinícius Souza Viana, diretor-superintendente da Encol em Brasília.

A principal conclusão desses debatedores, muito especiais no contexto político e econômico da cidade, é de que os maiores desafios do novo governador, o petista Cristóvam Buarque, serão criar empregos, ampliar os investimentos, equilibrar as contas públicas e rediscutir a relação de dependência financeira do GDF em relação ao governo federal.

O governador eleito irá receber como herança, segundo Roure, um passivo trabalhista elevado, além de um débito da construção do metrô de R\$ 250 milhões, que terá de ser pago a partir do próximo ano. Roure já antecipou a necessidade de buscar entendimentos para renegociar a dívida em decorrência das dificuldades financeiras. O autor do projeto, senador José Roberto Arruda, concorda com o próximo o secretário da Fazenda e acha que os recursos do GDF são insuficientes para quitar a dívida no prazo de cinco anos, como foi financiado o Metrô.

Arruda defende maior repasse dos recursos da União para cobrir as necessidades de gastos da capital da República. Ele acha que a União poderia pagar uma espécie de “taxa de condomínio” pelos serviços que a administração do GDF presta ao governo federal. O economista Paulo Time o empresário Marcus Vinícius de Souza Viana, concordam com o diagnóstico e deixam claro, no debate, a força econômica do DF. A administração pública federal e a economia local vêm contribuindo para dar à população uma renda per capita/ano de cerca de R\$ 2,5 mil, uma das maiores do Brasil. Leia, a seguir, os principais trechos do debate:

**GZM: Brasília poderá conseguir sua autonomia financeira ou terá que continuar dependendo dos repasses de custo da União que são feitos hoje? Caso seja possível essa autonomia, como poderia ser feita?**

**JOSÉ ARRUDA:** A questão da autonomia financeira de qualquer centro urbano está ligada ao seu desenvolvimento. Isto quer dizer que só se consegue a autonomia financeira a partir de receitas provenientes de pagamentos de impostos, e estes são consequências do desempenho da economia desse lugar.

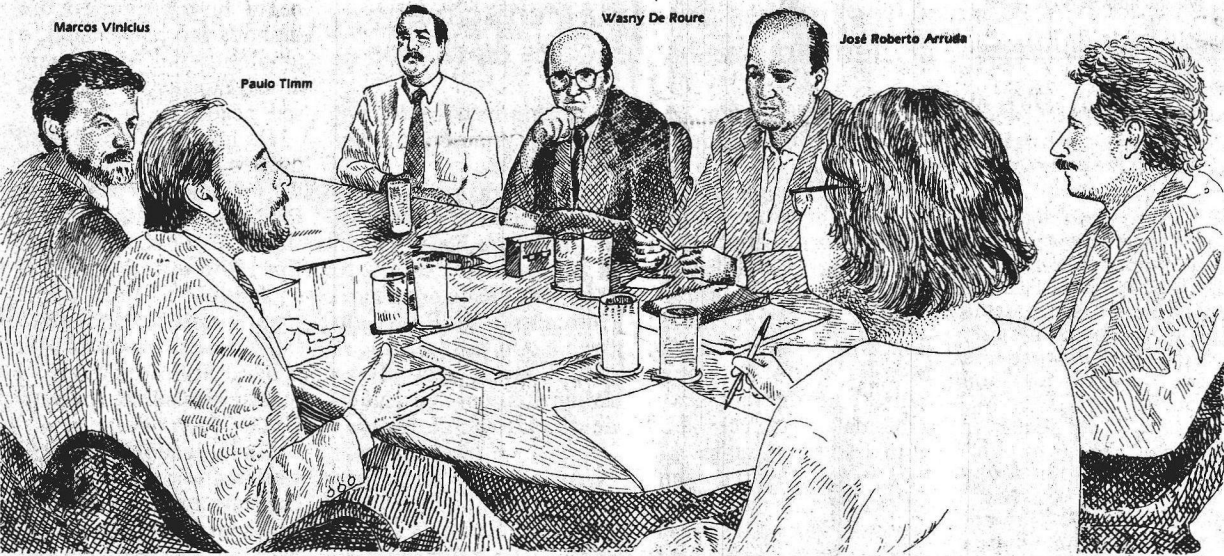
Muitos acham que Brasília foi construída apenas para ser a capital do País: uma cidade bonitinha, com uns 500 mil habitantes, com cara de capital, onde uma greve da União Nacional dos Estudantes (NE) não pudesse impedir que o presidente saísse do Palácio do Catete, prometida por Juscelino Kubitschek em discurso de campanha. Mas, na verdade, Brasília transcende muito essa visão. Foi construída para interiorizar o desenvolvimento nacional.

Brasília teve o poder de fazer com que o brasileiro – que nos primeiros 450 anos da sua história vivia de costas para o seu território, olhando para o mar, voltasse para o seu território. Num primeiro momento, assustado e depois até com um certo ufanismo, que durou uns dez a quinze anos, não só em função de Brasília, mas também por causa das estradas e depois as usinas hidrelétricas (Três Marias e todas as outras). Então, o Brasil teve um período de efetiva interiorização do seu desenvolvimento. Só que isso não se consumou e Brasília, em vez de ser o pólo indutor do desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro – como estava planejado inicialmente –, passou a ser o contrário: um oásis em termos de qualidade de vida, em uma região economicamente pobre, socialmente injusta e politicamente primária.

A busca da autonomia financeira de Brasília só se dará de forma efetiva, duradoura, se vier como consequência de uma coisa muito mais importante, que é o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste brasileiro.

É importante salientar que eu acho irreal e artificial conquistar uma autonomia financeira que não seja consequência da busca do resgate do desenvolvimento dessa região.

**GZM: Na visão do senador, é preciso que se desenvolva a autonomia de Brasília junto com o desenvolvimento**



Os participantes da mesa-redonda com os jornalistas da Gazeta Mercantil

**GZM: Como empresário, qual a sua opinião sobre essas questões?**

**MARCOS VINÍCIUS:** Concorro com o que foi dito. Lembrando também que o potencial de Brasília é muito grande e tudo aquilo que nós conseguimos empreender aqui é sucesso, muito mais sucesso do que em qualquer outra praça em que atuamos – e nós atuamos em praças de todo o Brasil.

O próprio empresariado local precisa buscar o profissionalismo para trazer para Brasília tudo aquilo que a cidade tem como potencial. Seu potencial turístico é enorme. Nós temos aqui um lago maravilhoso e que não é explorado como ponto turístico. Brasília não tem uma bandeira internacional hoteleira, para trazer o segundo ponto de passagem pelo Brasil. A própria capital desperta isso, independentemente de ser um pólo nacional de desenvolvimento. O comércio não aproveita o tráfego no momento em que as pessoas estão se deslocando para trabalhar. A própria concepção de Brasília se distorceu ao longo do tempo, em função talvez de ter sido criada para ser o centro da administração pública do País e também para ser o pólo de desenvolvimento de uma grande região, interiorizando o desenvolvimento do País.

**GZM: A geração desses negócios em Brasília vem dos recursos públicos ou da iniciativa privada?**

**MARCOS VINÍCIUS:** Está na iniciativa privada, independente dos recursos públicos. Os recursos viriam em função da infra-estrutura necessária ao longo do crescimento, do desenvolvimento. Essas coisas poderão vir juntas, mas independentemente do dinheiro público. A alavanca vai ser feita pela iniciativa privada.

**GZM: O senhor poderia explicar qual o grau de dependência do DF dos recursos da União?**

**PAULO TIMM:** Nós notamos uma germinação muito curiosa do setor privado em Brasília. Eu costumo até comparar Brasília a Cuba, pois são dois produtos de um mesmo estilo político latino-americano, de uma mesma época em que, graças à liberdade de mercado, o impulso estatal inicial permitiu uma fermentação empresarial muito grande, para a qual contribui muito até o espírito nordestino. O nordestino tem uma vocação para o pequeno negócio, que faz com que aqui não precise se desenvolver uma cultura empresarial, pois ele já a traz de berço.

Mas, é importante qualificar um pouco esses debates, pois existe um problema que é a dependência fiscal do DF frente à União. Essa dependência fiscal hoje se traduz por uma necessidade de dois terços de recursos, por uma execução orçamentária que está na faixa de US\$ 2 bilhões e meio, e no ano que vem sobe a mais de US\$ 3 bilhões do orçamento global do DF. Então, estes dois terços, que são transferências, é o que se chama de dependência fiscal do Tesouro da União.

Muitas vezes se confunde isso com dependência econômica, no sentido de promover inclusive estratégias de autarquização maior da economia local, visando o aproveitamento da matéria-prima, um modelo substitutivo de importações, que seria preconizado em decorrência dessa dependência econômica. Isso é um outro fato que não tem absolutamente nada a ver, no curto prazo; com a questão fiscal. É uma estratégia eventual de desenvolvimento, como apontou o Arruda.

Existe ainda uma confusão que parece muitas vezes vinculada a isso, além da dependência fiscal, que é a da dependência econômica. Os paulistas, sobretudo os empresários, traduzem mais ou menos tudo isso como uma cidade parasitária. Brasília, enfim, seria uma cidade que não tem razão de ser e, independentemente de falar em números ou em produtos, é uma cidade economicamente débil e parasitária. É aí que reside um grande engano, pois Brasília é uma cidade economicamente forte, com uma dinâmica de crescimento sustentada,

claro, num primeiro momento, no setor público que alavancou o desenvolvimento da cidade e que a deixou hoje com uma participação de 2,5% do PIB nacional, o que dá a maior renda per capita do País. Por isso, os negócios dão certo em Brasília para a ENCOL, porque há a maior renda per capita em termos de unidade da federação. Além disso, esta cidade teve um ritmo de crescimento muito intenso na década de 80, porque os programas de ajuste econômico não incidiram sobre o Estado, permitindo uma folga na economia local enquanto a economia nacional se deprimia.

No governo ao qual o nosso senador vai servir na sua bancada, nós podemos dizer muito bem que as fórmulas que serão adotadas para o bem do Brasil trarão o desastre para Brasília, porque terão no Estado a variável de ajuste e, portanto, um mecanismo de depressão no ritmo de crescimento da economia.

**GZM: Há espaço hoje no DF para aumentar o IPTU ou o ICMS, para se fazer uma reforma tributária, visando aumentar os tributos e resolver esse problema fiscal?**

**WASNY DE ROURE:** Eu creio que o IPTU – que hoje não chega a 2% da nossa receita tributária – precisa ter uma marca mais evidente da localização das residências, onde há setores em que proporcionalmente o tributo é fraco e há setores onde este tributo é forte. Há um outro componente que são os assentamentos, porque o modelo contratual, o contrato de concessão de uso real do imóvel, não delega ao morador a responsabilidade tributária ou seja, ele não paga IPTU.

Hoje você tem uma população, supostamente em torno de 400 mil habitantes, englobando Riacho Fundo, Sobradinho II, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria. Então, além do prejuízo econômico, há um problema que eu acho até mais grave que é a questão da cidadania, da co-responsabilidade com o Estado e com a sociedade como um todo, da ruptura no processo paternalista.

**GZM: Então, se os recursos dos tributos são insuficientes, de onde podem vir os recursos?**

**ARRUDA:** Aí eu colocaria os pontos específicos que foram tratados aqui pelo Timm e pelo Wasny. Primeiro, o fundo. O que eu chamo de taxa de condomínio, apesar de ser antipático ao resto da nação é necessário porque nós temos que manter a Esplanada dos Ministérios com luz acesa, com grama cortada, a cidade tem que ser bonita e tem que ter segurança. Numa capital do país, a escola tem de ser exemplar – inclusive para aqueles que trabalham como funcionários públicos – e a saúde tem de ser modelo. Isso tudo tem um custo e o país deve pagar esse custo e cobrar pela sua aplicação.

**PAULO TIMM:** Aliás, já está pagando através das transferências que o povo faz, as chamadas transferências negociadas.

**GZM: As transferências chegaram a 70% do orçamento global do GDF e hoje estão na ordem de 45%, tendendo a ficar numa média de 50%?**

**WASNY DE ROURE:** Sim, se no ano que vem eles cumprirem a proposta orçamentária apresentada pelo GDF.

**ARRUDA:** Mas acredita-se que há um consenso na área econômica federal de que isso deve diminuir gradativamente. O que nós temos que fazer é o seguinte: a Brasília capital, que serve portanto a todos os brasileiros, custa um certo valor. A história estipulou que este custo deveria ser igual ao custo equivalente à saúde, educação e segurança e que a transferência

seja institucional e independente de negociação política.

Como vejo o DF como unidade da Federação, e não como uma simples cidade, acho que ele tem que perseguir a sua autonomia econômica pelo bom caminho que é o da produção, da economia política.

Aí eu levanto um assunto específico: existe um projeto já em tramitação no Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando nós levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial, que é para níveis de desenvolvimento, incentivando as locações econômicas próprias de cada microrregião. Por exemplo: se Padre Bernardo é uma bacia leiteira importante, vamos consertar as estradas para os caminhões não atolarem quando chover; se Pirinópolis é um centro turístico importante, vamos arrumar estradas, se Cristalina é um grande centro de pedras preciosas, vamos tirar os meninos descalços vendendo a pedra bruta na beira da rodovia – que isso é mais cruel do que o ouro que nos levaram de Ouro Preto – e vamos fazer pequenas indústrias de lapidação para que essas pedras sejam bem colocadas no mercado internacional.

O incentivo das vocações próprias de cada microrregião: é bom para o Brasil; diminui as pressões sobre Brasília, que hoje são insuportáveis; gera recursos, porque, naturalmente, Brasília, na área da economia terciária, vai se prestar a isso e algumas coisas que fundamentalmente seriam indústrias de transformação, inclusive na agroindústria, que por várias razões geopolíticas serão colocadas aqui.

**GZM: Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre essa questão do IPTU e ICMS. Dá para pagar mais imposto em Brasília?**

**MARCOS VINÍCIUS:** Eu acredito que dá para arrecadar mais impostos em Brasília. Primeiro, respondendo à situação do fundo, eu estou de acordo com o Arruda, que defende a ideia do fundo como uma taxa de condomínio. Você precisa de uma infra-estrutura diferente da de outras cidades, então alguém tem de pagar por isso,

falta de terrenos. Para a classe média não foi dada solução. Se não houver uma solução urgente para habitação da classe média de Brasília, aumentando assim os impostos, ela começará a invadir os assentamentos, formando uma série de favelas, como já está ocorrendo. A gente pode observar os condomínios, que são assentamentos feitos à revelia do governo, para a classe média, média-alta, e que não paga impostos. Deviam ser regularizados também, a fim de aumentar a arrecadação do IPTU.

**TIMM:** Outra solução além do fundo – e isso seria uma lei ordinária, é redefinir os modos de rateio. Além de população, território e inverso de renda, colocar uma variável chamada de “variável estratégica”, dando a esta variável uma tal pontuação que Brasília passe a ter uma participação média no FPE de 4%. A Bahia já tem 9% e nós temos 0,6%, que não dá. Eu só tenho medo de a tal taxa de condomínio ser uma coisa especial, até porque pode ter uma solução a nível dos critérios de rateio, por lei ordinária. Aí, resolve isso em 30 dias, sem a grande discussão do fundo, solucionando o assunto e nos colocando na situação de todas as unidades da Federação, que tiveram, pela Constituição, as providências para que tivessem auto-suficiência fiscal. O problema não é de natureza financeira ou econômica, é de natureza legal e institucional.

**GZM: Então não seria preciso criar o fundo especial para o DF?**

**TIMM:** O fundo é apenas uma ideia. A gente inventa um negócio, joga o bode no meio da sala para depois, quem sabe, encontrar uma solução mais fácil.

**MARCOS VINÍCIUS:** Eu estou entendendo que esse fundo é realmente resolvido dessa maneira, como existe no Nordeste, como existe no Espírito Santo (FUNDAPE), que incentiva a importação por lá e tem uma parcela que é deslocada para a iniciativa privada para investir na região.

Voltando ao assunto com relação ao imposto, que eu não concluí. Quando eu falo que o potencial dos negócios é muito grande em Brasília e que praticamente os investimentos públicos que eram necessários para ela crescer e se desenvolver já foram feitos, e tem muito para se aproveitar disso, o que precisa em Brasília é que se libere mais a cidade. Por exemplo, para construir um hotel no lago nós levamos cerca de seis a sete meses para que o projeto fosse aprovado. Essa demora se deu em função do tombamento. Ele enrijeceu e eu a cidade. É uma cidade com grande potencial, com um investimento que foi feito e é uma cidade tombada. Ela não está pronta e não houve definição das regras do jogo da cidade operacional com relação a esse potencial, para liberar a cidade para a iniciativa privada operar e para que ela possa buscar os seus próprios recursos e dar as suas próprias soluções.

O potencial de Brasília foi feito com muito investimento e não se explorou nada. É como se nós tivéssemos colocado uma cidade aqui e dissessemos: agora explorem a cidade. Está tudo aqui e tudo que se faz aqui dá certo. Brasília é uma reserva de mercado e as pessoas hoje que estão aqui a consideram assim.

**TIMM:** Mas será que isso não é um dos fatores que têm gerado problemas para a cidade? Por ela ter sido feita para ser explorada e atrair muita gente de maneira constante e, por causa disso, ter-se que fazer obras de infra-estrutura, de saneamento e assentamentos?

**MARCOS VINÍCIUS:** Mas trazer gente não é ruim. Trazer gente é potencial de mercado, pois as pessoas que vêm para Brasília são pessoas que vêm para trabalhar, consumir, criar e desenvolver a cidade.

**GZM: Há o problema de limitação de território e as limitações de áreas ecológicas. Qual é o limite para atrair pessoas para Brasília?**

**TIMM:** Uma coisa que pouca gente sabe, fora a questão territorial, é que, dada a dinâmica de crescimento do País, a população de Brasília tende a se estabilizar, no ano 2010, em torno de 2 milhões e 300 mil habitantes. Isso contraria expectativas da CAESB, da CEB e até do próprio governo do DF, que jogavam taxas de migração típicas da década de 70 e que não se confirmam. Nós podemos até estimular ou reprimir isso, mas se deixar as mocinhas e os rapazes fazendo amor como fazem, se for mantida a atual taxa de esterilização das mulheres, em 50%, e não colocar muitos problemas nos fluxos migratórios, que são poucos, Brasília terá 2 milhões e 300 mil habitantes no 2010.

**GZM: Mas e a cidade não se acomoda também a essa dependência e a isso que o senhor acabou de colocar?**

**ARRUDA:** Acomodou-se, sim, porque não cumpriu a sua missão histórica de induzir o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste brasileiro. A Sudeco foi um arremedo de projeto que não se substanciou e a cidade teve força política para cumprir esse papel e não o fez. Não o fez porque acreditou, e aí eu quero falar de duas limitações que foram presenciadas aqui.

**GZM: Arruda, como você considera o que o Timm falou sobre a visão que o Brasil tem de Brasília como uma cidade parasitária? Queríamos que você apontasse também se é um objetivo a ser perseguido fazer com que a cidade se sustente apenas de tributos.**

**ARRUDA:** Antes eu queria fazer uma colocação. Houve uma pergunta específica que o deputado Wasny respondeu sobre a possibilidade de potencial de aumento do IPTU e do ICMS. Eu concordo com a explicação dele e gostaria de ampliá-la.

Eu acho que o potencial de aumento de arrecadação de IPTU em Brasília é muito grande e não foi explorado erroneamente todos esses anos anteriores por um erro de estratégia política. O melhor exemplo que nós temos no Brasil disso foi o Pimenta da Veiga, que, quando foi prefeito de Belo Horizonte, aumentou imposto no primeiro mês de governo e deixou lá o vice dele, Eduardo Azeredo, que atualmente virou governador de Minas Gerais. É um erro de estratégia política achar que aumentar imposto contraria regras políticas.

**WASNY DE ROURE:** Você está mandando um recado para nós!

**ARRUDA:** Não, eu serei uma oposição construtiva. Tem que aumentar a arrecadação de renda.

**GZM: Qual é o potencial de arrecadação? Se dá 2% hoje, que valor poderá dar amanhã?**

**ARRUDA:** Eu não tenho os números.

**TIMM:** Nós arrecadamos US\$ 60 milhões em impostos, o que dá cerca de 10% do ICMS. É sempre bom fazer



Wasny De Roure

“A primeira referência de reformulação do conceito de Estado”

Existente outro elemento que é o próprio conceito da tributação sobre atividade pública. A Constituição se isentou sobre essa questão, mas ao mesmo tempo deu-nos a responsabilidade de manter todo esse conjunto de atividade, toda essa infra-estrutura, com ônus para o governo do DF. Creio que há uma deformação no processo de elaboração da nossa Constituição, como também no processo da definição da autonomia política do DF, particularmente na Constituição e no fundo de participação dos estados e dos municípios.

**JOSÉ ARRUDA:** Eu concordo integralmente com o que o deputado disse e resumiria no seguinte: o governo federal não paga a Brasília a taxa de condomínio necessária para usar a cidade, como o deputado já afirmou.



Marcos Vinícius

“As pessoas vêm para trabalhar, consumir, criar e desenvolver”

mia. É provável que, graças a esse governo que se instala, aquilo que será vendido como bom para o Brasil seja péssimo para Brasília e a gente decresça inclusive a participação de 2,5% no PIB nacional para algo que era na década de 80. A não ser que sejamos capazes de visualizar uma estratégia de recuperação do nível de renda que nos coloque no ano 2010 pelo menos ao nível de 5% do PIB. Ao mesmo tempo fazendo com que esta que é uma cidade, rigorosamente uma cidade, articule-se com uma rede urbana de sustentação de uma região em emergência, fazendo com que então nós consigamos, em torno dessa hinterlândia, criar um novo pólo de modernização capaz de competir com os pólos tradicionais do Centro-Sul. Isso vai depender muito da nossa liderança no Congresso Nacional e do novo governo que se instala no DF.

**GZM: Há uma emenda que chegou a ser discutida no Congresso, mas não foi aprovada. É justamente a fixação de uma participação definida, de recursos para o DF.**

**PAULO TIMM:** O nosso problema aqui, a curto prazo, para o ano que vem, é um problema de natureza fiscal, de compor – como todos os estados têm – um marco de auto-suficiência para a execução financeira do Tesouro do governo do DF. Isso só é possível desde que se aprove o fundo de participação do DF, que é uma concessão especial derivada da condição de Brasília como capital da República e que nos coloque, no rateio do produto da arrecadação federal, uma participação suficiente para que nós tenhamos a dita auto-suficiência fiscal, em torno de US\$ 2 bilhões e pouco. Deve-se convencer o Congresso Nacional de que esse fato não retira recursos de nenhum estado da federação, apenas faz com que as transferências – que hoje são negociadas, voluntárias, dando uma falsa impressão de dependência passem a ser constitucionais e obrigatórias.

Chegamos a essa situação paradoxal: Brasília, que é uma cidade que aporta recursos para a União, uma cidade superavitária nas suas relações com a União, aparece como uma cidade

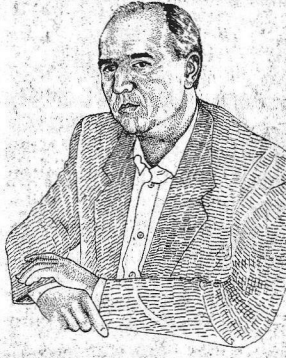


Paulo Timm

“Está sendo criada uma cultura política”

como se fosse uma taxa de condomínio. Por causa da qualidade de vida em Brasília, da necessidade de segurança, educação e saúde, ela passa a ser diferente de outras praças, até por ser a própria capital do País, independentemente de qualquer outra coisa. Por isso, eu sou a favor de um fundo.

Se nós observarmos os assentamentos, quanto mais rápido fosse dada a posse para as pessoas que habitam lá, mais rápido seriam gerados os impostos e aumentariam as arrecadações desses lugares, que eram terras simplesmente paradas em Brasília. Os assentamentos foram uma solução de habitação e de formação do desenvolvimento urbano para essa classe mais favorecida e a classe alta em Brasília, que não tem problema com relação à habitação, mas com relação à



José Roberto Arruda

“Quem é rico não pode pagar IPTU como a minha mãe em Itajubá”

esta referência em relação ao ICMS. Não se pesa muito sobre o IPTU, porque ele é um imposto que, por mais que se faça no volume global da execução financeira do DF – que aí é uma unidade da Federação e não uma cidade – é muito pequeno.

**ARRUDA:** Mas há uma questão aí que é a imagem de Brasília fora de Brasília. Eu acho que corrigir os erros da arrecadação do IPTU é fundamental. Claro que a política de assentamentos é um exemplo para o País. Eu mesmo sou um defensor dela. Para quem não mora em Brasília, tinham 62 favelas e 100 mil famílias foram retiradas dessas favelas, receberam lotes semi-urbanizados para ter a cidadania a partir da propriedade.

Se o Rio de Janeiro tivesse feito um projeto de assentamento trinta anos atrás, não existiriam a favela da Rocinha e outros núcleos urbanos que tem hoje. Mas, não adianta só fazer e aí cometer alguns erros que não podem continuar. Erros de exagero, de forma e de uma série de outras coisas. Quando a gente defende um programa no seu conceito não tem que defender junto as imperfeições na sua implantação.

Eu estou perfeitamente de acordo com a questão da cidadania, de acabar com o paternalismo. Esse é um potencial de aumento do IPTU, mas tem outro. Não é possível um cidadão que tem uma casa com 20 mil metros quadrados, a 15 minutos da Esplanada dos Ministérios, pagar o mesmo IPTU que a minha mãe paga em Itajubá, numa casa humilde de um bairro pobre.

**GZM: Mas e a cidade não se acomoda também a essa dependência e a isso que o senhor acabou de colocar?**

**ARRUDA:** Acomodou-se, sim, porque não cumpriu a sua missão histórica de induzir o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste brasileiro. A Sudeco foi um arremedo de projeto que não se substanciou e a cidade teve força política para cumprir esse papel e não o fez. Não o fez porque acreditou, e aí eu quero falar de duas limitações que foram presenciadas aqui.



# ...ampliar investimentos e equilibrar contas públicas

(Continuação da página 4)

A primeira é a delimitação de território. Eu tenho até uma coisa muita curiosa para contar para vocês: o Quadrilátero Cruz, delimitado em 1891, determinou que a área estipulada para ser o DF tinha que ter 14,4 mil quilômetros quadrados. Durante um ano, foram tiradas as medidas daqui, observando os problemas de erosão, as águas, a terra de um território economicamente viável. Quando Juscelino desapropriou a área para fazer a capital, ele desapropriou apenas 5,8 mil quilômetros quadrados. Contam os historiadores que a diferença é que tinham muitos fazendeiros com voto na UDN e que era muito importante votar para se construir a capital. A construção de Brasília ganhou no Congresso por apenas dois votos, da UDN (União Democrática Nacional) de Goiás, porque a UDN do resto do País votou contra e o PSD sozinho não ganharia.

Com a diminuição de 14,8 mil para 5,8 mil, aconteceram coisas gravíssimas. O território ficou economicamente inviável e, em termos naturais, os grandes mananciais de água que nós temos hoje estão fora. Acreditamos que esses 5,8 mil quilômetros estavam cercados por uma muralha, igualzinha à da Idade Média, que nos proibia de fazer coisas.

Derrubar essa muralha hipotética que existe é algo fundamental. Isso faz com que surjam hipóteses de atividades econômicas as mais impressionantes. Eu posso lhe dar um exemplo: apenas uma área, em frente ao Carrefour e o Parkshopping – numa estação de metrô que pretende ser também estação de ônibus. É preciso que o resto do Brasil saiba que Brasília não tem uma estação de ônibus interestadual. Naquela área, admite-se que o governo poderia arrecadar US\$ 250 milhões, com as atividades econômicas. É uma área imensa que foi restituída – estava no domínio da Marinha e veio para o Distrito Federal. Isso, só para vocês terem uma idéia, paga toda a dívida do metrô de Brasília.

**GZM: Eu gostaria que o senhor Wasny pudesse falar sobre esse tema que será de sua responsabilidade.**

**WASNY DE ROURE:** Eu creio que a questão territorial é uma das questões mais polêmicas para os próximos dias, em Brasília, além da questão fiscal.

Eu apenas gostaria de adendar um elemento. Na minha concepção, um dos grandes equívocos no processo da política de assentamento foi o fato dela ter sido tratada de uma forma unilateral, tentando resolver o problema de um segmento da sociedade que não necessariamente estava delimitado. Creio que foi uma política arrojada, merecedora de inúmeros méritos. Mas um dos grandes equívocos foi o de não tratamento de uma política de desova dos estoques de terras públicas nas áreas urbanas, de forma sistemática e acessível à grande massa da população e, sobretudo, da classe média. Creio que esse foi um dos grandes entraves que proporcionou uma demanda artificial nos assentamentos pelas áreas. Não gostaria de me aprofundar nessa área mas, para mim, dentro da linha da indagação aqui levantada, a polêmica emergencial no DF é a geração de empregos dentro da sua linha.

Não podemos apenas tentar equacionar os problemas sociais sem tentar dar uma solução mais perene para o problema.

Uma das precondições é a formação do mercado consumidor.

O primeiro ponto que eu vejo é a questão das linhas de crédito, de uma política creditícia que fortaleça, principalmente, grandes investimentos ou até mesmo médios e pequenos investimentos no DF. Eu estava observando que nesse processo da campanha, ao dialogar com a população, uma das grandes demandas não era apenas o emprego. Era o emprego próximo de casa. Há uma expectativa de que esta geração de emprego ocorra do ponto de vista descentralizado.

Um dos grandes equívocos é que nós não atentamos para a geração de emprego em pequena escala econômica. Gastamos, no caso do investimento naquela indústria de Coca-Cola, fortunas do Fundo do Centro-Oeste, quando sabemos que a demanda de mão-de-obra para operacionalizar aquela empresa era mínima. Até porque a natureza da empresa de alimentação não possibilita um contato estreito por parte da massa dos trabalhadores. Rever esta questão, em especial o Fundo do Centro-Oeste e os recursos provenientes dos FGTs, é necessário para que redimensionemos a política de emprego do DF. Uma das questões que Cristóvam está pontuando é tentar transformar

a Secretaria do Trabalho numa Secretaria do Emprego, para que possamos estimular mecanismos de geração de emprego dentro da nossa cidade.

**ARRUDA:** Covas acabou de fazer isso em São Paulo. Está nos jornais. Convocou o Barelli e mudou o nome da secretaria.

**WASNY DE ROURE:** Mas a linha de Cristóvam não é fazer drásticas mudanças na administração num primeiro momento. É ajustar gradativamente, até mesmo porque há um processo crescente na experiência de administração pública no DF. Essa é, pelo menos, a linha que ele aponta no modelo de administração dele.

Agora eu gostaria de abordar, ainda, a necessidade da revisão da política tributária e da política de ocupação do solo para o setor produtivo nesta cidade. Eu creio que são duas mudanças radicais que nós precisamos fazer, porque criamos um modelo essencialmente paternalista, sem uma co-responsabilidade. Vimos, sobretudo, nestes últimos dois anos, freqüentes ocupações diárias provenientes de oficineiros, de pequenas indústrias, que eram uma forma de sensibilizar a cidade e o governo para o equacionamento no assentamento deles. Por isso, esta reformulação do DF será importante para nós.

Associada a essa questão existe uma outra, ainda que em pequena escala, mas que poderá trazer parte da solução de problemas para nós. Brasília, ainda que seja uma capital considerada das mais modernas do mundo, tem uma das políticas em matéria do tratamento de lixo das mais atrasadas, extremamente prejudicial, de desvalorização da cidade, e com um setor que tem um ônus para o erário público extremamente elevado. Se nós fizermos uma avaliação nesse setor no DF chegaremos a algo calamitoso.

A política de lixo no DF,



Marcos Vinicius

“As pessoas consideram a cidade como uma reserva de mercado”

não tenho dúvida, gera uma parcela de empregos no interior da sociedade e de forma descentralizada. Preocupado com essa questão do emprego, acredito que a nossa disposição é formular pequenos modelos de forma descentralizada para podermos proporcionar mecanismos que valorizem sobretudo a iniciativa de trabalhadores do DF.

**GZM: Nós tivemos agora a segunda eleição direta no DF e os eleitores elegeram exatamente um governador do PT. O que significa isso, na sua opinião, para o futuro do Brasil e para história da cidade?**

**ARRUDA:** Eu acho que para o Brasil representa uma coisa importante. Não sei se os analistas políticos se deram conta de que o fato de o PT ter feito nessa eleição dois governadores é extremamente saudável para a democracia que todos nós queremos construir. Não há partido político da expressão que o PT tem no Brasil, concorde-se ou não com ele, pense-se ou não que ele pode ter chances concretas de chegar a governos estaduais, ao governo federal até e administrar com suas vantagens e desvantagens. A partir daí o processo político terá saudável diversificação de idéias na organização da sociedade e este é um fato extremamente positivo.

O segundo fato – que aí eu falo com algum cuidado porque é uma questão de economia interna do próprio PT, no caso de Brasília é muito concreto isso, mas no caso do Espírito Santo fica também mais ou menos claro – é que os governadores eleitos pelo PT são pessoas que conseguiram romper uma determinada barreira do partido. Eles quebraram o antagonismo que grande parte da sociedade tem, ou de forma preconceituosa, ou de forma ideológica, ou clara, ou não tem com o partido. Na verdade, elegeram-se muito mais do que um grupo de postulados de um partido.

**GZM: E para Brasília,**

qual o significado de se ter um governador do PT, sendo Brasília a capital da República?

**ARRUDA:** Primeiro, como grande caixa de ressonância, é importante para a democracia brasileira. Há uma história interessante, mas essa não dá para analisar mesmo e poderia até parecer uma provocação o que eu vou dizer, só que não é, porque eu mesmo estou dizendo que é prematuro analisar. É a história política desse país, de um partido que nasceu do torneiro mecânico do ABC paulista e basicamente está se tornando o partido do funcionário público. As suas metas, se você ler o conteúdo programático do PT, no caso de Brasília, são na sua maioria antagônicas aos ideais setoriais que fizeram com que o partido, em Brasília, crescesse mais do que em outros estados.

Eu queria mandar um recado aos empresários, eu acho que Brasília tem um campo grande para investimentos privados. Basta citar que todas cidades de 50 mil habitantes no Brasil têm a sua fábrica de macarrão. Nós importamos macarrão de 500 quilômetros de distância, ou seja, não produzimos nada dos nossos bens de consumo de primeira necessidade.

**GZM: Dr. Wasny, o relacionamento entre Cristovam e o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, pelo fato de eles serem de partidos diferentes, cria problemas e dificuldades na administração dessa capital?**

**WASNY DE ROURE:** Eu acredito que não há essa dificuldade, ainda que tenha apontado tanto na campanha eleitoral. Não por aproximações pessoais de ambos, que é notório o seu relacionamento desde o período de exilados, mas como também na condição de intelectual. O PT, ele é uma concepção de formulação de uma política nova no País. Nós não pensamos apenas como governo do DF, mas como composição do Senado e da Câmara Federal.

O PT, sem dúvida, é uma referência hoje. A sua intervenção, o modelo de fazer política e o método de discussão são apreciados por todos, até para discordar. E, Cristovam, nesse sentido eu concordo com o Arruda, e o próprio Vitor Buaziz, no Espírito Santo, demonstraram a capacidade de romper as fronteiras do partido. Também demonstraram a capacidade de fidelidade e referência na discussão política dos princípios básicos do partido.

Vejo que na relação com Fernando Henrique vai existir uma relação baseada em projetos, em discussões que tenham a cidade como prioridade e não em seus relacionamentos pessoais ou eventuais divergências políticas. Concluindo, se pensarmos nesse sentido, nós podemos lembrar da manifestação explícita dele de apoio a Vitor Buaziz, como também do próprio engajamento do PT em Minas e em São Paulo, em ambas as candidaturas. Essa percepção não pode se dar de uma maneira muito linear ou de uma maneira muito pontual.

Entendo que Cristovam, naturalmente, vai conduzir a problemática de Brasília, a nível da Presidência da República, entendendo que Brasília é um projeto maior do que PT, do que Cristovam. É uma história de construção. Só que para nós, neste momento, a eleição de Cristovam é muito mais do que uma vitória do PT. É um processo de ruptura no método de governar extremamente pernicioso, com a concepção de que você conquista direitos e tem responsabilidades, e não como transferência de benesses específicas.

**GZM: Sr. Marcos Vinicius, em que medida esta ruptura, esta mudança de método e esse governo peísta provocaram uma redefinição ou não dos investimentos, da visão e da atividade dos empresários no Distrito Federal?**

**MARCOS VINÍCIUS:** Nós trabalhamos em outros estados do Brasil, principalmente com prefeituras – em função do nosso negócio –, mas também com partidos, ideologias e princípios diferentes, e sempre nos ajustamos às regras do jogo.

Eu acredito muito no Cristovam, no governo, e também que nós realizaremos um trabalho muito bom. O Cristovam vai depender da iniciativa privada, vai ter que trabalhar junto a ela. A proposta dele é esta, pelo menos no que eu acompanhei ao longo da campanha dele. Não mudará nada não, eu acredito que Brasília vai continuar dentro do que foi pretendido para ela desde o início.

**GZM: Um governador do Distrito Federal sempre foi forte porque recebeu muito dinheiro do governo federal e tinha uma Câmara Legislativa que andava um pouco a reboque das políticas do governador. O sr. acha que**

isto muda no governo Cristovam, por haver menos dependência de recursos federais, de ter um governador de esquerda e de ter uma Câmara Legislativa composta neste cenário? E a Câmara Legislativa passa a ter um papel muito maior, de autonomia, de decisão, já que agora ela tem tido pouca participação no processo de decisões sobre a cidade? Ela precisa ser redefinida, não só em função do PT, mas de uma forma mais ampla?

**TIMM:** Eu diria que o processo todo da eleição do Cris-



Wasny De Roure

“A eleição de Cristovam é uma ruptura no método de governo”

tovam, em que o PDT contribuiu no segundo turno, é positivo porque está criando uma cultura política em uma cidade que não tinha vida política, muito nova, sim tinha antecedentes e sem tradições. Está se formando uma liderança política em vários campos e Brasília está amadurecendo para talvez ser um dos centros mais politizados do País. Isto de uma maneira geral.

Do ponto de vista da estrutura de poder interno, isso coincide com uma desmonopolização do poder, que sempre houve no Palácio do Buriti durante muitos anos. De maneira que, num primeiro momento, nós tivemos a criação da Câmara. Já é uma abertura da estrutura de poder.

Agora vamos ter uma divergência entre poder federal e local, uma tensão, coisa que nunca existiu. Certamente também, até porque o PT é um partido que valoriza suas bases sindicais e populares, de raízes sociais mais profundas, o governador vai ter que se referir ao seu próprio discurso de volta às origens, e não só à Câmara e ao poder federal.

Esta fase de desmonopolização do poder vai exigir, sobretudo dos formadores de opinião e dos veículos de comunicação, uma capacidade de capturar tudo isso, formando uma opinião pública mais qualificada sobre os temas da cidade. Sempre costumo dizer que Brasília não se preparou para isso. Qualquer cidade pequena, de onde nós mesmos viemos, tem uma noção de opinião pública que veio dos nossos bisavós, que sabe de onde vem o rio, pra onde é que vai o lixo, quanto se consome de água. Em Brasília, nós sabemos quem é o ministro da Fazenda e qual é a taxa de inflação, mas não sabemos (mesmos os líderes políticos e até alguns governadores) as coisas cotidianas, como quanto nós somos, o problema da água, nem como se resolve o problema do desemprego. Possuam opiniões, é o “império do senso comum”.

**GZM: A Câmara Legislativa é um instrumento fundamental para isso?**

**TIMM:** A Câmara Legislativa é um instrumento fundamental que também tem que se qualificar, e não funcionou porque não teve estruturas de formulação técnica capazes de participar de um diálogo mais qualificado. Não é o parlamentar em si que está qualificado para o debate. É ele devidamente instrumentalizado pelos sindicatos, associações de bairros e suas próprias assessorias. A tendência dos deputados, quando não é empregar um parente, é empregar um cabo eleitoral. Nós temos que superar isto, que é parte de uma política tradicional.

**GZM: A Câmara Distrital reproduziu exatamente estes mesmos vícios?**

**TIMM:** Os mesmos vícios do passado. **ARRUDA:** Mas tem pontos extremamente positivos, se nós a compararmos a outras Assembléias Legislativas. A Câmara Distrital aprovou o plano diretor do Distrito Federal. Brasília foi a única cidade e estado a ter o seu plano diretor discutido com a sociedade, com todos os partidos de governo e de oposição. Aprovou-se um bom plano diretor, que pode ter sido um marco fundamental para Brasília.

**GZM: Arruda, considerando o que foi falado, você**

acha importante para Brasília as eleições diretas para a administração das satélites e também, eventualmente, criação de Câmaras de Vereadores, tendo em vista o papel da Câmara Distrital, já criticado aqui?

**ARRUDA:** Sobre as relações institucionais da sociedade, eu confesso que Brasília ainda está mal resolvida institucionalmente.

Resolveu-se a parte política, sem resolver a parte econômica e definir muitas coisas. Não dá para falar em eleição nas cidades satélites sem tratar de um problema mais amplo, que eu acho que o deputado Wasny também já presenciou com muita propriedade. Numa das perguntas anteriores, ele disse que um dos problemas mais importantes a serem discutidos em Brasília é a sua questão territorial.

Nós estamos em um debate, aqui na Gazeta Mercantil, e sequer concordamos se Brasília é cidade ou estado. Resolver estas coisas, resolver melhor Brasília institucionalmente, será o desafio de todos nós, do Senado, das Câmaras Federal e Distrital, do governador do DF e das sociedades organizadas. Não vou me atrever a dizer que quanto mais eleição melhor, o que, a curto-prazo, seria politicamente positivo. Não sei se é este o melhor caminho.

**WASNY DE ROURE:** Eu gostaria de retornar a uma crítica que o Timm fez à Câmara Legislativa. Eu a aceito, não tenho observações no fundamento colocado por vocês. Eu apenas acrescentaria um elemento: a maior dificuldade que nós tivemos na Câmara foi na relação com o Executivo.

Só para se ter idéia, nós, enquanto bancada de oposição, nunca fomos recebidos pelo governador. Consequentemente, a Câmara foi considerada uma extensão do Palácio do Buriti. E dou um exemplo: nós sequer tivemos acesso ao Siaf, que é serviço de informática de acompanhamento da execução orçamentária, que é uma conquista na Constituição, na lei orgânica.

Apesar destas críticas que a Câmara tem recebido, eu creio que ela deu contribuições importantíssimas à cidade. Uma delas é a compreensão de que o poder descentralizou e passou a ter maior participação da sociedade. Vivemos momentos riquíssimos ali dentro. Os conflitos, a presença da cidade e o exercício deste mecanismos de interação do parlamentar com a sociedade, foi, para mim, a maior conquista da atividade parlamentar.

Eu gostaria de colocar a questão das eleições nas administrações regionais. No parâmetro constitucional já foi colocado, nós não temos muito o que evoluir. Mas eu creio que será importante nós passarmos por um processo de confronto com a Constituição não só para marcar posição, mas para captar, como o Timm falou, o anseio da comunidade. E este é um anseio dela. Há uma percepção por parte das lideranças no interior da nossa cidade que quer ter voz, espaço e que quer manifestar as suas observações em relação ao Estado e às políticas públicas.

Então, as eleições nas administrações regionais serão positivas porque ocorrerão exatamente no processo de reforma constitucional. Se as administrações regionais e a população das satélites não manifestarem esta vontade, este ponto não muda. Mas, se manifestarem, com certeza a Constituição vai captar esta concepção da descentralização do poder.

**GZM: Qual é prioridade de investimentos em Brasília, a médio e curto prazo? Há as questões do metrô, das pon-**

tes do Lago Sul e Norte, da infra-estrutura básica, do saneamento, do déficit habitacional, do problema do abastecimento de água.

**MARCOS VINÍCIUS:** Eu vejo estes investimentos ligados à valorização da terra. O metrô traz, mais próximo ao centro de Brasília, a valorização da terra de uma região, e resolve o problema de transporte urbano, que dificilmente seria solucionado sem esta iniciativa. Brasília vai tirar proveito disso, é um investimento a longo prazo. Isto porque as terras que estão próximas à região do metrô, de propriedade do governo, trarão proveito com o seu parcelamento urbano. A maior parte dos investimentos do metrô já foi feita. Então, eu acho que ele deve ser continuado e o mais rápido possível.

**WASNY DE ROURE:** Nesta questão do metrô, e o Arruda está af, eu creio que uma das primeiras medidas que o Cristovam vai ter que tomar, e me parece que este governo já teve a preocupação, é com relação à dívida. O pagamento se inicia agora e eu, particularmente, defendo a rolagem desta dívida. Isto porque o prazo de oito anos para pagamento desta dívida de US\$ 250 milhões é muito curto.

**ARRUDA:** Eu gostaria de fazer uma observação. Em primeiro lugar, eu estou de acordo com o deputado. Nenhuma cidade do mundo pagou 40 quilômetros de metrô em cinco anos, mais três de carência. É um prazo muito curto mesmo. Como era a única fonte de recursos disponível, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) se utilizou disso.

Entretanto, é preciso dizer que duas coisas. O metrô não é para ligar a ponta da Asa ou o Aeroporto ao Congresso Nacional. Ele liga um conglomerado de mais de um milhão de pessoas – que moram em Taguatinga, Ceilândia,



José Roberto Arruda

“Brasília foi feita para interiorizar o Brasil”

Samambaia ou Guará – ao Plano Piloto, que dista 40 quilômetros destes locais.

Outra coisa, é que o metrô está sendo construído a um preço cinco ou dez vezes menor do que os sistemas0 convencionais do Rio de Janeiro e São Paulo. Isto porque aqui ele está sendo feito sem desapropriações, com métodos construtivos mais baratos e com tecnologia nacional. Do valor total da obra, a dívida é de apenas US\$ 250 milhões, o resto foi.

**GZM: Paulo Timm, qual o seu diagnóstico disso?**

**TIMM:** A minha impressão primeira é que Brasília é uma cidade relativamente viável. É uma capital que não tem ainda os grandes problemas das grandes metrópoles: não tem uma população excessiva; não está ameaçada de explosão social; a população mais pobre está

relativamente adequada dentro do seu espaço territorial; do ponto de vista ambiental, eu não vejo grandes problemas para este tipo de população e a manutenção da sua qualidade de vida, desde que se recicle sobretudo a Caesb (Companhia de Água e Esgoto de Brasília), para que ela opere como instrumento de educação ambiental na questão da água e faça os investimentos subterrâneos para recuperar a rede hídrica do DF.

A população de Brasília é qualificada. Há uma imagem de que a população de Brasília é de muito baixo nível. É de baixo nível a população que chegou nos últimos três anos, mas a que está assentada em Brasília há vinte anos é, em sua maioria, detentora de curso médio. Chamou-me atenção que metade dos condenados em Brasília, no ano passado, tinha curso médio. Quem vai para a Papuda não é quem é analfabeto. Isto significa que já há um fenômeno de degradação, e que até isso atesta que a qualidade de recursos humanos na cidade é fruto de longos anos de investimento em educação, saúde e saneamento básico.

**GZM: O que o Brasil pode esperar de Brasília? A capital vai se legitimar perante o Brasil?**

**ARRUDA:** Eu acho que é legítimo o Brasil esperar que Brasília cumpra a sua função histórica, resgate sua missão principal, que é ser pólo indutor do desenvolvimento econômico do Centro-Oeste.

**WASNY DE ROURE:** Na minha concepção. Brasília deve ser a primeira referência da reformulação do conceito do Estado e a relação com o cidadão, principalmente na perspectiva da reconstrução da cidadania do homem brasileiro.

**MARCOS VINÍCIUS:** Eu acho que é preciso resgatar Brasília como pólo de desenvolvimento de uma região.

**TIMM:** Eu digo que Brasília deve procurar ser aquilo que duzentos anos de luta de pensamento progressista pretendiam que ela fosse: o lugar de onde brotaria uma nova civilização, mais justa, nacional e digna do esforço que a nação inteira fez sobre ela.

**GZM: O que é preciso fazer para legitimar Brasília como capital?**

**ARRUDA:** Foram colocados aqui dois conceitos: pólo de desenvolvimento regional e reformulação do conceito de cidadania e do Estado perante a sociedade. Estas duas coisas, ainda que diferentes, se somadas, podem fazer com que Brasília cumpra a sua missão. A capital do País não deve ser apenas organizadora da sociedade, mas elemento de modificação das estruturas sociais.

Eu acho que a primeira, que é o pólo de desenvolvimento regional, é uma meta absolutamente possível. A segunda, ainda que utópica no seu conceito, seja talvez até mais importante, porque vale mais pelo processo que pelo resultado. As duas somadas seria uma das maiores contribuições que nossa geração poderia dar a Brasília.

Há que reformar estruturalmente a sociedade, a cidadania, como lembra o Wasny, o Estado, mas principalmente o País. Isto quer dizer, atrair o capital privado, gerar um novo período de desenvolvimento e, portanto, de renda e de emprego. A partir do momento que o País começar a crescer e acreditar novamente em si mesmo – e já há independente do governo e com uma consciência coletiva neste sentido – naturalmente Brasília melhorará. E por que isso? Porque o tempo que as colunas do Palácio da Alvorada vão ocupar, no

Jornal Nacional, será maior em notícias boas do que em notícias ruins.

**GZM: Sr. Wasny, quais as suas preocupações com o imediato, com os passivos do GDF?**

**WASNY DE ROURE:** Nós temos para os próximos orçamentos uma grande proe-



Paulo Timm

“É uma cidade superavitária em suas relações com a União”

cupação do ponto de vista pessoal de encargos sociais. Em primeiro lugar, o gasto de pessoal teve um deslocamento de 54 para 67% do orçamento do Distrito Federal. Se nós incluímos os encargos sociais, esta cifra sobe de 64 para 74%. Onde está o centro disto? Há um crescimento significativo, sobretudo nos dois últimos anos deste governo, dos chamados cargos comissionados. É bem verdade que não houve tanto crescimento do ponto de vista da máquina administrativa na estrutura formal, mas do ponto de vista de contratos, de convênios de cargos comissionados, houve um crescimento significativo, o que vem exaurir profundamente as disponibilidades para investimento.

A segunda questão, que eu gostaria de deixar registrada, refere-se ao passivo trabalhista previsto para 1995 e 1996. Eu não tenho idéia ainda de valores, mas eu suponho que no âmbito global este número pode chegar à casa de US\$ 200 milhões só para 1994. Para 1996, eu não tenho, mas neste ano nós temos a dívida dos 84% que já está a nível do Supremo Tribunal Federal (STF). Estes 84%, desde abril de 1990, na época do ex-presidente Fernando Collor de Melo, até 1994 é algo que vai deixar profundamente combalidas as condições financeiras.

**GZM: O PT então vai enfrentar um problema, já que como boa parte dos eleitores deste partido é do funcionalismo público e possui então a expectativa de um “casamento” mais generoso? Isso talvez não obrigará o PT a um confronto com o seu eleitorado?**

**WASNY DE ROURE:** O nosso compromisso, naturalmente, não é apenas com o nosso eleitorado, com os funcionários públicos, mas com toda a sociedade. E, sobretudo, advindo de decisão judicial, nós vamos tentar encaminhar da melhor forma possível. Agora, a cidade terá de entender que este é um débito de trabalhadores que este futuro governo vai assumir. Nós temos que conduzir isto de forma responsável.

**GZM: Mas não há aí um potencial de conflito?**

**WASNY DE ROURE:** Não há dúvida. Temos que enfrentar isso com a capacidade de quem administra uma cidade, de diálogo, mas também de firmeza quanto à liberação de recursos.

**TIMM**  
**A origem desse carioca com fama de gaúcho, por ter se formado em Economia pela Universidade do Rio Grande do Sul, é o IPEA, órgão do Ministério do Planejamento encarregado de tarefas de formulação e análise e que abrigou cientistas econômicos e sociais de reputação nacional, especialmente nos anos do regime militar. Timm começou a envolver-se com os temas ligados a Brasília exatamente no IPEA, onde foi coordenador de programas de desenvolvimento regional. Depois, coordenou o programa da região geoeconômica de Brasília, foi diretor técnico da Codeplan (companhia do governo local dedicada a análise e planejamento) e, finalmente, secretário do Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, no mesmo governo de Joaquim Roriz a quem serviu José Roberto Arruda. Nas últimas eleições, Timm candidatou-se e foi derrotado na disputa pelo governo do Distrito Federal pelo PT. O economista tem 50 anos de idade.**